



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

1

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 6ª VARA DO
TRABALHO DE JOÃO PESSOA**

Equipe de Correição: Isêlma Maria de Souza Rodrigues, Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Eurício de Oliveira Pessoa, Francisco Carlos Firmino de Sousa, Maria Elizabete dos Santos Melo, Reginaldo Pires Moura Brasil, Valdevina Félix da Costa Pereira e Adalcídio Pereira Júnior.

| | |
|--------------------------|--|
| Jurisdição | Alhandra, Caaporã, Cabedelo, Conde, João Pessoa e Pitimbu. |
| Normativo de criação | Lei nº 8.432, de 11.06.1992 |
| Data de instalação | 12.11.1992 |
| Data da última correição | 23 a 25.05.2016 |
| Período de correição | 18 a 25.09.2017 |

Aos 18 de setembro de 2017, sob a supervisão do Excelentíssimo Senhor Desembargador Corregedor WOLNEY DE MACEDO CORDEIRO, foi realizada a abertura dos trabalhos correicionais da 6ª Vara do Trabalho de João Pessoa relativos ao período de 23.05.2016 a 17.09.2017, em cumprimento ao disposto no inciso I do artigo 25 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Editais de Correição nº 021 e 023/2017, publicados no DA-e e DEJT, no sítio eletrônico do E. Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região e enviados por correio eletrônico à Secretaria da Vara.

O Desembargador Corregedor foi recebido pela Exmª Srª Juíza Titular da Vara, Rita Leite Brito Rolim, pela Exmª Srª Juíza Substituta fixa Ana Cláudia Magalhães Jacob, pelo Diretor de Secretaria e demais servidores lotados na Unidade Judiciária.



Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos sistemas e-Gestão, Hórus, SAOPJE e SUAP, referentes ao período de 1º.05.2016 a 31.08.2017 (16 meses) e nas informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1 Magistrada Titular

| Juíza Titular | Titularidade na Unidade |
|------------------------|------------------------------------|
| Rita Leite Brito Rolim | 28.08.2004 – ATO TRT GP Nº 73/2004 |

1.1.1 Afastamentos de Jurisdição – Juíza Titular (Fonte: SUAP)

| Motivação | Normativo | Período | Dias |
|-------------|-----------------------------|-------------------------|------|
| Férias | Protocolo TRT Nº 24871/2015 | 25.04.2016 a 24.05.2016 | 30 |
| Férias | Protocolo TRT Nº 24871/2015 | 18.07.2016 a 16.08.2016 | 30 |
| Capacitação | Protocolo TRT Nº 3459/2017 | 22.03.2017 a 24.03.2017 | 1 |
| Capacitação | Protocolo TRT Nº 5164/2017 | 27.04.2017 a 28.04.2017 | 1 |
| Férias | Protocolo TRT Nº 16788/2016 | 12.07.2017 a 10.08.2017 | 30 |

1.1.2 Magistrada Substituta fixa

| Juíza Substituta fixa | Fixação na Unidade |
|-----------------------------|------------------------------------|
| Ana Cláudia Magalhães Jacob | 12.03.2009 – ATO TRT GP Nº 58/2009 |

1.1.3 Afastamentos de Jurisdição – Juíza Substituta fixa (Fonte: SUAP)

| Motivação | Normativo | Período | Dias |
|----------------|-----------------------------|-------------------------|------|
| Licença médica | Protocolo TRT Nº 10171/2016 | 09.06.2016 a 10.06.2016 | 1 |
| Licença médica | Protocolo TRT Nº 10401/2016 | 13.06.2016 a 15.06.2016 | 3 |
| Férias | Protocolo TRT Nº 24871/2015 | 16.06.2016 a 15.07.2016 | 30 |
| Capacitação | Protocolo TRT Nº 18746/2016 | 18.10.2016 a 21.10.2016 | 4 |
| Férias | Protocolo TRT Nº 24871/2015 | 17.11.2016 a 16.12.2016 | 30 |
| Licença médica | Protocolo TRT Nº 2451/2017 | 16.02.2017 a 16.02.2017 | 1 |
| Férias | Protocolo TRT Nº 16788/2016 | 12.06.2017 a 11.07.2017 | 30 |



1.2 Assiduidade dos Magistrados - Titular e Substitutos

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face da Magistrada Titular e dos Juízes Substitutos que atuaram na Vara durante o período correicionado.

1.3 Servidores lotados na Unidade (Fonte: CAPPE)

A 6ª Vara do Trabalho de João Pessoa conta, atualmente, com **15** servidores e **01** estagiário:

| Servidor | Cargo/Função | Data lotação |
|--------------------------------------|--|--------------|
| Abílio de Sá Neto | Analista Judiciário - Diretor de Secretaria | 12.01.2009 |
| Cynthia Fabel Leal | Técnico Judiciário - Assistente de Diretor | 03.09.2004 |
| Elizael Soares Pereira | Técnico Judiciário | 04.05.2009 |
| Ervin Cavalcanti Fabel | Estagiário | 28.08.2017* |
| Flávia Raquel Miranda Dias Borges | Técnico Judiciário - Assistente de Juiz Substituto | 24.08.2004 |
| Joseni Ribeiro de Araújo | Técnico Judiciário - Assistente IV | 18.07.2007 |
| Lúcio Flávio da Silva | Técnico Judiciário - Assistente de Juiz Titular | 03.09.2004 |
| Manoel dos Santos Lima | Analista Judiciário - Assistente III | 16.11.1992 |
| Marcelo Moreira Gouveia Santos | Analista Judiciário - Assistente II | 19.06.2015 |
| Maria Aurileide Rocha Lobo | Técnico Judiciário - Assistente III | 12.11.2012 |
| Marie Suzanne Malzac | Técnico Judiciário - Assistente IV | 02.04.1996 |
| Marília Monteiro Quaresma | Técnico Judiciário - Assistente V | 03.09.2004 |
| Olga Leite Sousa Pires de Figueiredo | Técnico Judiciário - Assistente III | 04.05.2015 |
| Roner Ribeiro da Silva | Técnico Judiciário – Assistente IV | 06.12.2016 |
| Sirlei Aparecida Dias Moura | Técnico Judiciário | 28.04.1993 |
| Thelma Íris Sobreira Gomes de Lira | Técnico Judiciário - Assistente IV | 13.06.1997 |

* início de exercício na unidade

Segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a 6ª Vara do Trabalho de João Pessoa adota a divisão de tarefas, quanto aos feitos que tramitam na fase de execução, por faixa processual em ambos os sistemas processuais. Em relação aos processos da fase de conhecimento, a Unidade divide o trabalho por faixa de numeração no SUAP, e, por tarefa, no PJe.



2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: e-Gestão)

De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a 6ª Vara do Trabalho de João Pessoa contabilizava, em **31.08.2017**, um acervo processual de **3.773** processos:

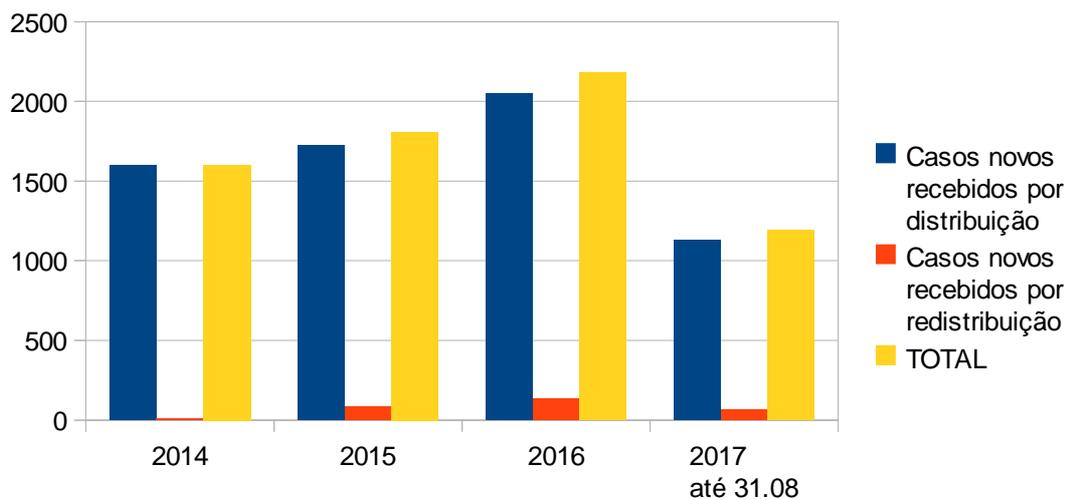
| Item | Quantidade |
|-------------------------------|------------|
| Fase de conhecimento | 2.171 |
| Fase de liquidação | 54 |
| Fase de execução | 1.472 |
| Cartas precatórias e de ordem | 76 |

2.1 Fase de conhecimento (Fonte: e-Gestão)

2.1.1 Casos novos

Em relação ao último triênio, a Unidade Judiciária apresenta a seguinte movimentação processual:

| Item | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 até 31.08 |
|--|--------------|--------------|--------------|-------------------|
| Casos novos recebidos por distribuição | 1.595 | 1.725 | 2.046 | 1.128 |
| Casos novos recebidos por redistribuição | 7 | 83 | 136 | 65 |
| TOTAL | 1.602 | 1.808 | 2.182 | 1.193 |



Desse acervo, são processos do tipo “tramitação preferencial”: no exercício de 2014, **33**; em 2015, **509**; em 2016, **669**; e até 31.08.2017, **408** processos.



2.1.2 Pendentes de solução (Fonte: e-Gestão)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

| Item | 31.12.2014 | 31.12.2015 | 31.12.2016 | 2017 até 31.08.17 |
|--|------------|------------|--------------|----------------------|
| Aguardando a 1ª sessão de audiência | 113 | 298 | 367 | 208 |
| Aguardando o encerramento da instrução | 360 | 421 | 566 | 381 |
| Aguardando a prolação de sentença | 20 | 36 | 78 | 137 |
| Total | 493 | 755 | 1.011 | 726 |

2.1.3 Pendentes de finalização (Fonte: e-Gestão)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados*, ou seja, aqueles processos que, muito embora já tenham recebido uma decisão, os cálculos ou satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de impulso processual.

* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

| Item | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 (até 31.08) | Variação (%) | | |
|----------------------|-------|-------|-------|---------------------|--------------|-----------|-----------|
| | | | | | 2014/2015 | 2015/2016 | 2016/2017 |
| Fase de conhecimento | 1.326 | 1.268 | 2.052 | 2.171 | - 4,37% | 61,82% | 5,8% |
| Fase de liquidação | 19 | 25 | 8 | 54 | 31,57% | - 68% | 575% |
| Fase de execução | 1.249 | 1.329 | 1.459 | 1.472 | 6,4% | 9,78% | 0,89% |



3 PRODUTIVIDADE DA UNIDADE

3.1 Panorama das audiências

A Unidade realiza audiências de segunda a sexta-feira.

As últimas audiências agendadas em processos dos ritos sumaríssimo e ordinário foram:

| Sumaríssimo | Ordinário |
|-------------|--------------|
| 05.10.2017* | 10.11.2017** |

* RTSum 0001329-51.2017.5.13.0006, ajuizado em 21.09.2017

** RTOrd 0001330-36.2017.5.13.0006, ajuizado em 21.09.2017

As audiências instrutórias estão sendo designadas para 02.10.2017, conforme se constata do processo 0000998-69.2017.5.13.0006.

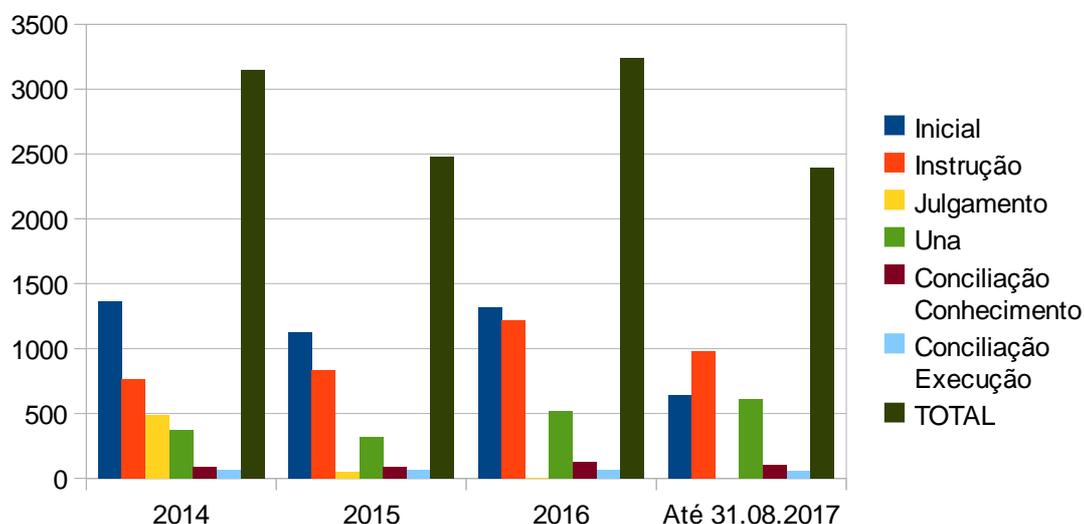
É de se registrar que, no início do exercício, a Unidade aderiu ao Projeto Descongestionar no afã de encurtar o prazo da pauta de audiência, que já se estendia para final de maio, conforme se constata do processo 0000100-56.2017.5.13.0006 que contabiliza **111** dias do ajuizamento à primeira audiência.

3.1.1 Processos aguardando inclusão em pauta:

A Unidade não apresenta pendência de processos a incluir em pauta.

3.1.2 Audiências realizadas (Fonte: e-Gestão)

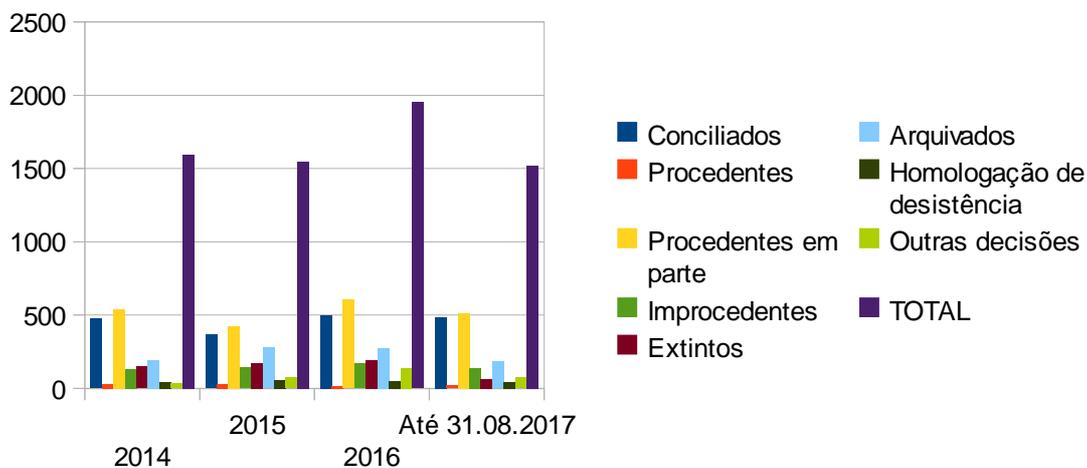
| Item | 2014 | 2015 | 2016 | Até 31.08.2017 |
|--------------------------|--------------|--------------|--------------|-------------------|
| Inicial | 1.369 | 1.128 | 1.318 | 639 |
| Instrução | 766 | 833 | 1.215 | 983 |
| Julgamento | 489 | 48 | 1 | - |
| Una | 373 | 318 | 520 | 613 |
| Conciliação Conhecimento | 87 | 87 | 124 | 104 |
| Conciliação Execução | 63 | 66 | 65 | 58 |
| TOTAL | 3.147 | 2.480 | 3.243 | 2.397 |



Durante o período correicionado, foram convertidos em diligência **124** processos, dos quais **52** para prolação de sentença líquida.

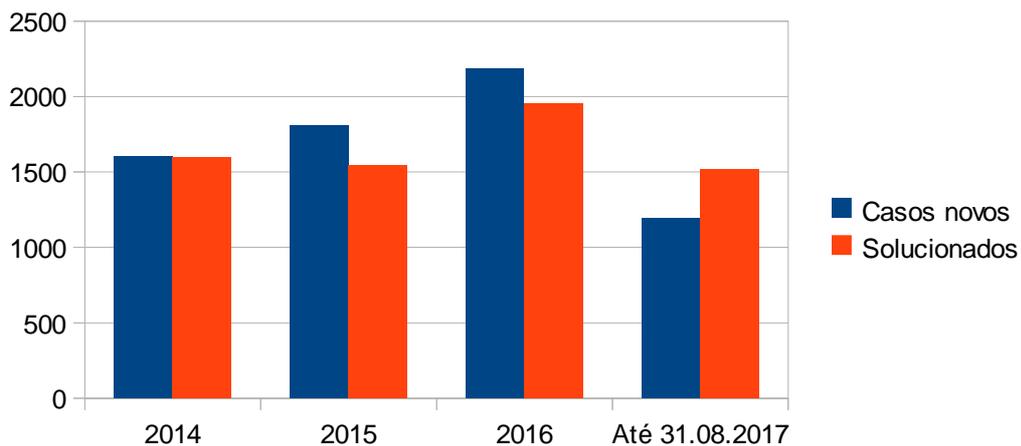
3.2 Solucionados na fase de conhecimento (Fonte: e-Gestão)

| Item | 2014 | 2015 | 2016 | Até 31.08.2017 |
|----------------------------|--------------|--------------|--------------|----------------|
| Conciliados | 475 | 366 | 500 | 487 |
| Procedentes | 28 | 31 | 17 | 21 |
| Procedentes em parte | 538 | 424 | 606 | 512 |
| Improcedentes | 131 | 141 | 170 | 137 |
| Extintos | 149 | 174 | 193 | 65 |
| Arquivados | 194 | 280 | 274 | 183 |
| Homologação de desistência | 45 | 57 | 52 | 41 |
| Outras decisões | 33 | 75 | 139 | 74 |
| TOTAL | 1.593 | 1.548 | 1.951 | 1.520 |



3.2.1 Índice de solução x casos novos (Fonte: e-Gestão)

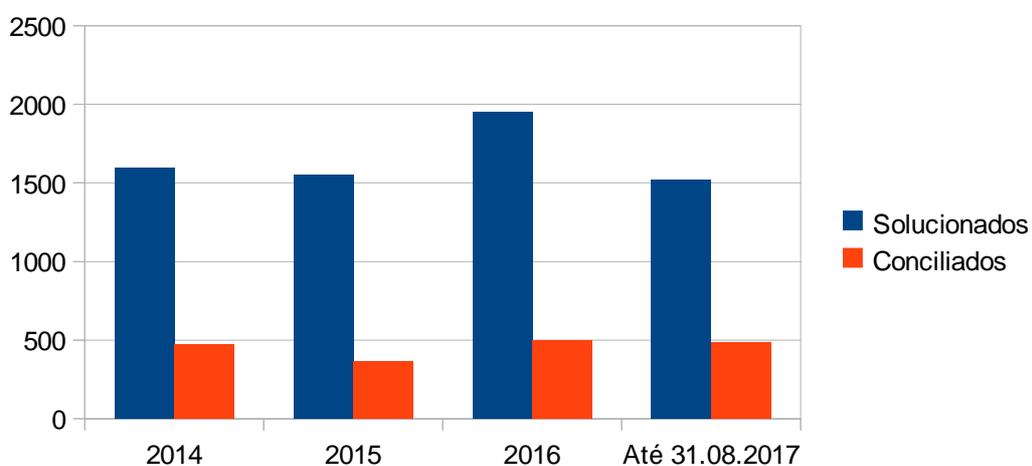
| Item | 2014 | 2015 | 2016 | Até 31.08.2017 |
|-------------------|---------------|---------------|---------------|----------------|
| Casos novos | 1.602 | 1.808 | 2.182 | 1.193 |
| Solucionados | 1.593 | 1.548 | 1.951 | 1.520 |
| Percentual | 99,43% | 85,61% | 89,41% | 127,40% |





3.2.2 Índice de conciliados x solucionados (Fonte: e-Gestão)

| Item | 2014 | 2015 | 2016 | Até 31.08.2017 |
|-------------------|---------------|---------------|---------------|----------------|
| Solucionados | 1.593 | 1.548 | 1.951 | 1.520 |
| Conciliados | 475 | 366 | 500 | 487 |
| Percentual | 29,81% | 23,64% | 25,62% | 31,90% |



3.3 Produtividade dos magistrados – solucionados (Fonte: e-Gestão)

| Magistrados | Com exame do mérito | | | | | | | | Total |
|------------------------------|---------------------|------------|-------------|--------------|---------|---------------------|---------|-------------------------------|--------------|
| | Com exame do mérito | | | | | Sem exame do mérito | | | |
| | Conciliação | Procedente | Proc. Parte | Improcedente | Extinto | Arquivado | Extinto | Desistênci a/ Outras decisões | |
| Rita Leite Brito Rolim | 307 | 22 | 371 | 119 | 1 | 174 | 106 | 111 | 1.211 |
| Ana Cláudia Magalhães Jacob | 278 | 7 | 356 | 72 | 1 | 112 | 108 | 91 | 1.025 |
| Aércio Pereira de Lima Filho | 4 | - | 2 | 2 | - | - | 1 | - | 9 |
| Albérico Viana Bezerra | 14 | - | - | - | - | 4 | - | - | 18 |
| Ana Beatriz Dias Fernandes | 2 | - | - | 2 | - | 1 | - | - | 5 |



| | | | | | | | | | |
|--|-----|---|----|----|---|----|---|----|------------|
| Gondim | | | | | | | | | |
| Ana Paula Cabral Campos | 36 | - | - | - | - | - | 2 | - | 38 |
| Flávia Roberta Farias da Costa Assunção | 2 | - | - | - | - | - | - | - | 2 |
| Flávio Londres da Nóbrega | 20 | 1 | 42 | 10 | - | 12 | 2 | 9 | 96 |
| Francisca Poliana Aristóteles Rocha de Sá | 1 | - | 5 | 2 | - | 2 | - | - | 10 |
| Francisco Xavier de Andrade Filho | 100 | 3 | 79 | 24 | - | 42 | 5 | 26 | 279 |
| George Falcão Coêlho Paiva | 38 | - | 44 | 15 | - | 4 | 1 | 8 | 110 |
| José Guilherme Marques Júnior | 7 | - | 4 | - | - | 1 | - | 2 | 14 |
| Lindinaldo Silva Marinho | - | - | 3 | 2 | - | - | - | - | 5 |
| Luiz Antônio Magalhães | 5 | - | 7 | 1 | - | 2 | 1 | - | 16 |
| Renata Maria Miranda Santos | 35 | 1 | 49 | 5 | 1 | 17 | 2 | 14 | 124 |

No período correccionado, a Juíza Titular laborou **401** dias, perfazendo uma média de produção correspondente a **3,02** processos/dia. A Juíza substituta fixa laborou **388** dias, com média de produção de **2,64** processos/dia.

Quanto aos demais juízes que atuaram na Unidade, em razão da intermitência de atuação, não é razoável aqui se registrar a média de produção.

**3.3.1 Incidentes julgados** (Fonte: e-Gestão)

| Magistrados | Embargos de declaração | Antecipação de tutela | Impugnação à sentença de liquidação | Embargos à execução | Embargos à arrematação | Exceção de pré-executividade | Total |
|---|------------------------|-----------------------|-------------------------------------|---------------------|------------------------|------------------------------|------------|
| Rita Leite Brito Rolim | 112 | 154 | 25 | 69 | - | 16 | 376 |
| Ana Cláudia Magalhães Jacob | 110 | 96 | - | 13 | - | 3 | 222 |
| Albérico Viana Bezerra | 2 | 1 | - | 1 | - | - | 4 |
| Ana Paula Cabral Campos | - | - | - | - | - | - | - |
| Flávio Londres da Nóbrega | 15 | 23 | - | - | - | - | 38 |
| Francisca Poliana Aristóteles Rocha de Sá | 5 | - | - | - | - | - | 5 |
| Francisco Xavier de Andrade Filho | 15 | 37 | - | - | - | - | 52 |
| George Falcão Coêlho Paiva | 20 | 22 | - | 4 | - | 1 | 47 |
| Lindinaldo Silva Marinho | 2 | - | - | - | - | - | 2 |
| Luiz Antônio Magalhães | 1 | 1 | - | - | - | - | 2 |
| Renata Maria Miranda Santos | 17 | 9 | - | - | - | - | 26 |

**3.3.2 Produtividade da magistrada titular – audiências realizadas** (Fonte: e-Gestão)

| RITA LEITE BRITO ROLIM | | | |
|--|---------------------------------------|----------------------|----|
| DEMONSTRATIVO DE AUDIÊNCIAS – PERÍODO CORREICIONADO | | | |
| Realizadas | Inicial | 598 | |
| | Instrução | 788 | |
| | Julgamento | - | |
| | Una | 301 | |
| | Total | 1.687 | |
| | Conciliação | Fase de conhecimento | 75 |
| | | Fase de execução | 49 |
| | Total de audiências realizadas | 1.811 | |

3.3.3 Produtividade da magistrada substituta fixa – audiências realizadas (Fonte: e-Gestão)

| ANA CLÁUDIA MAGALHÃES JACOB | | | |
|--|---------------------------------------|----------------------|----|
| DEMONSTRATIVO DE AUDIÊNCIAS – PERÍODO CORREICIONADO | | | |
| Realizadas | Inicial | 611 | |
| | Instrução | 641 | |
| | Julgamento | - | |
| | Una | 215 | |
| | Total | 1.467 | |
| | Conciliação | Fase de conhecimento | 83 |
| | | Fase de execução | 62 |
| | Total de audiências realizadas | 1.612 | |



3.4 Índice de congestionamento

3.4.1 Fase de conhecimento (Fonte: TRT13 em números)

| Item | 2014 | 2015 | 2016 |
|------------------------------------|------------|------------|------------|
| Processos de conhecimento baixados | 816 | 1.050 | 1.511 |
| Casos novos de conhecimento | 1.595 | 1.725 | 2.046 |
| Casos pendentes de conhecimento | 1.326 | 1.268 | 1.478 |
| Taxa de congestionamento | 72% | 65% | 57% |

3.4.2 Fase de execução (Fonte: TRT13 em números)

| Item | 2014 | 2015 | 2016 |
|--------------------------------|------------|------------|------------|
| Processos de execução baixados | 772 | 472 | 406 |
| Casos novos de execução | 601 | 431 | 450 |
| Casos pendentes de execução | 1.249 | 1.329 | 1.056 |
| Taxa de congestionamento | 58% | 73% | 73% |

3.5 Incidentes Processuais (Fonte: e-Gestão)

| Item | | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 até 31.08 |
|--|------------------|-----------|-----------|-----------|-------------------|
| Embargos de declaração | Recebidos | 308 | 215 | 212 | 179 |
| | Baixados | 284 | 263 | 170 | 196 |
| | Pendentes | 42 | 12 | 53 | 35 |
| Antecipação de tutela | Recebidos | 152 | 201 | 353 | 166 |
| | Baixados | 145 | 148 | 238 | 148 |
| | Pendentes | 17 | 30 | 37 | 13 |
| Impugnação à sentença de liquidação | Recebidos | 28 | 29 | 23 | 12 |
| | Baixados | 29 | 21 | 22 | 15 |
| | Pendentes | 5 | 10 | 8 | 2 |
| Embargos à execução | Recebidos | 100 | 89 | 80 | 41 |
| | Baixados | 86 | 80 | 68 | 46 |
| | Pendentes | 24 | 27 | 31 | 16 |
| Embargos à arrematação | Recebidos | - | - | - | - |
| | Baixados | - | - | - | - |
| | Pendentes | - | - | - | - |



| | | | | | |
|--------------------------------------|------------------|----------|----------|----------|----------|
| Exceções de pré-executividade | Recebidos | 59 | 23 | 19 | 10 |
| | Baixados | 37 | 23 | 16 | 8 |
| | Pendentes | 4 | 4 | 3 | 2 |

3.6 Recursos interpostos

| PERÍODO: 1º.01 a 31.08.2017 | | | | | |
|------------------------------------|--------------|------------------|----------------------|-----------------|------------------|
| Item | Novos | Recebidos | Não recebidos | Baixados | Pendentes |
| Recurso ordinário | 451 | 457 | 10 | 1 | 139 |
| Recurso adesivo | 34 | 27 | - | - | 15 |
| Agravo de petição | 47 | 43 | 7 | - | 17 |
| Total | 532 | 527 | 17 | 1 | 171 |

Observa a Corregedoria que a Unidade exerce regular e explícito pronunciamento acerca da admissibilidade dos recursos interpostos, em total observância ao Ato TRT SCR nº 018/2016, art. 3º, XVII.

3.7 Fase de execução (Fonte: e-Gestão)

| Item | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 (até 31.08.17) |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------------------------|
| Execuções pendentes | 1.029 | 1.046 | 1.156 | 1.195 |
| Execuções iniciadas | 601 | 432 | 452 | 384 |
| Recebidos de outros Órgãos | - | 3 | 6 | 9 |
| Execuções encerradas | 574 | 312 | 406 | 208 |
| Remetidos a outros Órgãos | - | 38 | 6 | 15 |
| Processos arquivados provisoriamente | 140 | 99 | 100 | 62 |
| Total de processos pendentes de execução | 1.046 | 1.156 | 1.195 | 1.217 |

3.8 Cartas precatórias (Fonte: e-Gestão)

| Item | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 até 31.08.17 |
|------------------------|-------------|-------------|-------------|------------------------------|
| Recebidas | 217 | 173 | 158 | 71 |
| Devolvidas | 252 | 147 | 137 | 87 |
| Pendentes de devolução | 30 | 69 | 94 | 75 |



4 PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

4.1 Fase de conhecimento (Fonte: e-Gestão)

| Item | 2014 | 2015 | 2016 | Até 31.08.2017 |
|---|--------|--------|--------|-------------------|
| Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência – rito sumaríssimo | 28,51 | 51,44 | 62,47 | 46,94 |
| Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência – exceto rito sumaríssimo | 35,82 | 59,21 | 59,65 | 63,43 |
| Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução - rito sumaríssimo | 11,38 | 14,89 | 19,86 | 23,89 |
| Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução - exceto rito sumaríssimo | 114,01 | 79,37 | 120 | 151,02 |
| Do ajuizamento até o encerramento da instrução - rito sumaríssimo | 34,37 | 51,95 | 74,57 | 67,89 |
| Do ajuizamento até o encerramento da instrução - exceto rito sumaríssimo | 130,64 | 117,08 | 158,17 | 196,42 |
| Da conclusão até a prolação de sentença - rito sumaríssimo | 8,37 | 6,11 | 21,43 | 19,58 |
| Da conclusão até a prolação de sentença - exceto rito sumaríssimo | 0,22 | 10,03 | 26,03 | 25,22 |
| Do ajuizamento até a prolação da sentença - rito sumaríssimo | 47,2 | 54,87 | 83,16 | 71,25 |
| Do ajuizamento até a prolação da sentença - exceto rito sumaríssimo | 128,3 | 116,44 | 164,48 | 203,94 |

4.2 Duração do processo na fase de conhecimento -TMDP1c (Fonte:Hórus)

Em consideração aos indicadores estabelecidos no Planejamento Estratégico do Tribunal (2015-2020), em especial o “Indicador 03”, que mede o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento (TMDP1c - do ajuizamento da ação até a prolação da sentença), temos os seguintes números para o ano-base **2016: 83** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **169** dias para o rito ordinário, apresentando um total de **144** dias para os dois ritos.



O prazo praticado pela Unidade se apresenta acima da média atual das demais Unidades de 1ª instância da 13ª Região (**99** dias), como também é superior ao desempenho verificado no ano de **2015**, que foi de **54** dias para o rito sumaríssimo e de **119** dias para os processos submetidos ao rito ordinário, perfazendo uma média de **101** dias para os dois ritos.

4.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO (Fonte: e-Gestão)

| Prazo médio | 2014 | 2015 | 2016 |
|--|-------|------|-------|
| Do início até o encerramento da liquidação – rito sumaríssimo | 8,71 | 6,33 | 27 |
| Do início até o encerramento da liquidação – exceto rito sumaríssimo | 14,39 | 18,3 | 25,49 |

4.4 FASE DE EXECUÇÃO (Fonte: e-Gestão)

| Prazo médio | 2014 | 2015 | 2016 |
|---|--------|--------|--------|
| Do início até o encerramento da execução – ente privado | 456,31 | 318,44 | 841,59 |
| Do início ao encerramento da execução – ente público | 634,24 | 597,56 | 769,34 |

Quanto ao tempo médio de duração do processo na fase de execução (TMDP1e - do início da fase até o encerramento da execução) no exercício **2016**, temos: **1.260** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **677** dias para aqueles do rito ordinário, apresentando um total de **794** dias.

No exercício de **2015**, o tempo médio foi de **437** dias para o rito sumaríssimo e **317** dias para os processos do rito ordinário, o que totalizou **338** dias para os dois ritos.

**5 PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES** (Fonte: e-Gestão)

| VALORES PAGOS (R\$) | | | | | |
|---|------------------|----------------------|----------------------|----------------------|------------------------------|
| Item | Sistema | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 até 31.08.17 |
| Acordo | SUAP (legado) | 6.233.327,06 | 1.508.144,72 | - | - |
| | PJe | - | 1.381.178,28 | 3.913.716,59 | 6.322.635,69 |
| Espontâneo | SUAP (legado) | 3.222.726,47 | 4.949.386,78 | 3.323.845,64 | 818.466,21 |
| | PJe | - | 154.322,62 | 1.456.205,33 | 2.449.731,53 |
| Execução | SUAP (legado) | 6.446.014,65 | 7.345.357,43 | 5.784.814,81 | 2.456.025,48 |
| | PJe | - | 20.532,8 | 791.260,03 | 828.575,28 |
| TOTAL | | 15.902.068,18 | 15.358.922,63 | 15.269.842,40 | 12.875.434,19 |
| ARRECADAÇÕES (R\$) | | | | | |
| Item | Sistema | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 até 31.08.17 |
| Custas processuais | SUAP (legado) | 556.081,05 | 290.534,44 | 40.253,09 | 24.053,45 |
| | PJe | - | 107.678,75 | 302.953,48 | 322.823,44 |
| Emolumentos | SUAP (legado) | - | - | 5,53 | - |
| | PJe | - | - | - | - |
| Contribuição previdenciária | SUAP (legado) | 1.841.662,86 | 2.089.882,49 | 1.829.670,21 | 628.484,57 |
| | PJe | - | 78.112,41 | 450.128,14 | 2.877.161,91 |
| Imposto de Renda | SUAP (legado) | 127.672,13 | 187.604,62 | 229.720,11 | 165.907,08 |
| | PJe | - | - | 90.662,11 | 4.575,65 |
| TOTAL | | 2.525.416,04 | 2.753.812,71 | 2.943.392,67 | 4.023.006,10 |
| Custas processuais dispensadas | SUAP (legado) | 439.589,61 | 136.683,86 | 26.550,18 | 12.604,24 |
| | PJe | 46.464,07 | 362.633,32 | 553.962,87 | 595.723,01 |
| TOTAL | | 486.053,68 | 499.317,18 | 580.513,05 | 608.327,25 |

**6 DE MAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO (ATO TRT SCR Nº 18 E ART. 24 DA CONSOLIDAÇÃO DOS PROVIMENTOS DA CGJT)** Fontes: SUAP, PJe e e-Gestão**6.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução**

Constatou o Desembargador Corregedor que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:

| Item | Sistema | Quantidade |
|----------|-----------------------------------|--------------|
| BACENJUD | SUAP | 187 |
| | PJe | 738 |
| | TOTAL | 925 |
| INFOJUD | SUAP | 180 |
| | PJe | 13 |
| | TOTAL | 193 |
| RENAJUD | SUAP | 264 |
| | PJe | 15 |
| | TOTAL | 279 |
| BNDT | Processos com registro de dados | 394 |
| | Processos com inclusão de devedor | 270 |
| | Processos com exclusão de devedor | 132 |
| | Processos com devedores inscritos | 862 |
| | TOTAL | 1.658 |

Verificou o Desembargador Corregedor que a Unidade procede ao registro fidedigno dos principais atos processuais praticados, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos.

7 DOS PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS**7.1 Processos analisados**

Foram analisados **130** processos por amostragem, dos quais **30** tramitam no sistema SUAP e **100** no PJe, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT SCR nº 018/2016, havendo a prolação de **34** despachos correicionais em processos do PJe e **11** em processos do SUAP.



Concede o Desembargador Corregedor o prazo de 10 dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.

7.2 Gestão dos Sistemas Processuais

7.2.1 Panorama SUAP

| | |
|---|-----|
| Protocolos pendentes de apreciação | 36 |
| Guias não liberadas ou não recepcionadas | 05 |
| Processos com tramitação há mais de 40 dias | 05* |

* 0123300-47.2010.5.13.0006, 0133501-59.2014.5.13.0006, 0137200-29.2012.5.13.0006, 0036400-22.2014.5.13.0006 e 0150400-35.2014.5.13.0006

7.2.2 Panorama Pje

7.2.2.1 Agrupadores:

| Agrupador | Quantidade | Entrada no agrupador a partir de |
|--|------------|----------------------------------|
| Processos com pedido liminar ou de antecipação de tutela | 1 | 11.09 (decisão em 12.09.2017) |
| Processos com Petições Avulsas | 6 | 20.09 |
| Processos com petições não apreciadas | 89 | 11.09 |

7.2.2.2 Processos em caixas de caráter transitório:

| Fluxo | Quantidade | Processo mais antigo no fluxo |
|-------------------------|------------|--|
| Análise de Conhecimento | 11 | Todos com data de 20.09.2017 |
| Análise de Liquidação | 8 | RTOrd 0131219-14.2015.5.13.0006 - 05.09.2017 |
| Análise de Execução | 104 | RTOrd 0130099-33.2015.5.13.0006 - 25.07.2017 |

**7.2.2.3 Demais fluxos (por amostragem)****- Caixa “Cumprimento de providências – conhecimento”**

| | |
|--|--|
| RTOrd 0131259-93.2015.5.13.0006 | Com petição requerendo execução de sentença desde 17.07.2017 |
| RTOrd 0000078-95.2017.5.13.0006 | Prazo vencido para pagamento desde 16.08.2017, sem início da fase seguinte |
| RTOrd 0131112-67.2015.5.13.0006 | Pendente de cumprimento de despacho desde 21.08.2017 |
| RTOrd 0131909-43.2015.5.13.0006 | Paralisado desde 06.06.2017, com depósito a liberar ao reclamante |
| RTOrd 0000335-57.2016.5.13.0006 | Pendente de cumprimento de despacho desde 10.07.2017 |
| RTOrd 0131985-67.2015.5.13.0006 RTOrd 0000173-62.2016.5.13.0006 | Pendente de elaboração de cálculos desde meados de julho |

- Caixa “Aguardando cumprimento de acordo ou pagamentos”

| | |
|---|---|
| RTOrd 0000903-39.2017.5.13.0006 RTOrd 0000472-05.2017.5.13.0006 RTSum 0000933-74.2017.5.13.0006 | Pendentes de registro de valores pagos na movimentação processual |
|---|---|

- Caixa “Aguardando audiência”

| | |
|------------------------------------|------------------------------|
| RTOrd 0001949-97.2016.5.13.0006 | Conciliado desde 10/02/2017 |
| CartPrec 0000951-95.2017.5.13.0006 | CP cumprida desde 11/07/2017 |
| RTSum 0000451-29.2017.5.13.0006 | Conciliado em 18.04.2017 |

- Caixa “Aguardando decurso de prazo”

| | |
|--|---|
| RTOrd 0000438-64.2016.5.13.0006 RTOrd 0130150-78.2015.5.13.0027 RTOrd 0131417-51.2015.5.13.0006 RTOrd 0130727-22.2015.5.13.0006 | Julgamento improcedente e já expedido ofício para pagamento dos honorários periciais |
| RTOrd 0001096-88.2016.5.13.0006 | Paralisado desde 25.05.2017 |
| RTOrd 0130839-88.2015.5.13.0006 | Intimação de decisão embargos desde 22.03.2017, com lançamento de prazo “zero” |
| RTOrd 0000709-73.2016.5.13.0006 | Com recurso pendente desde 01/02/2017 |
| RTOrd 0131115-22.2015.5.13.0006 | A intimação da decisão se deu em 25.05.2017, mas pendente de certificação de trânsito em julgado e de expedição de ofício de requisição de pagamento dos honorários |



| | |
|---------------------------------|--|
| | periciais |
| RTOrd 0131974-38.2015.5.13.0006 | Paralisado com petição informando recuperação judicial desde 22.03.2017, despachado em 09.06.2017 e notificação expedida em 21.06.2017 |
| RTOrd 0130063-88.2015.5.13.0006 | Pendente de devolução de depósito recursal e arquivamento do feito desde 11/07/2017 |

- Caixas diversas

| | |
|--|--|
| RTSum 0000621-72.2016.5.13.0026 | Pendente de elaboração de cálculos desde 18.04.2017 |
| RTOrd 0000509-66.2016.5.13.0006 | Com prazo vencido desde 05.07 para comprovação de cumprimento de obrigação de fazer |
| RTOrd 0000313-96.2016.5.13.0006 | Com fichas financeiras juntadas desde 29.06.2017, sem elaboração de cálculos |
| RTOrd 0131916-35.2015.5.13.0006 | Com fichas financeiras juntadas desde 10.08.2017, sem elaboração de cálculos |
| RTOrd 0131292-83.2015.5.13.0006 | Tão logo expedido o RPV, foi declarada extinta a execução |
| RTOrd 0130552-28.2015.5.13.0006 RTOrd 0000842-18.2016.5.13.0006 | Com embargos à execução pendente de julgamento desde meados de agosto |
| RTOrd 0131305-82.2015.5.13.0006 | Pendente de remessa ao TRT desde 15.08 |
| RTOrd 0000668-72.2017.5.13.0006 | Encontra-se em caixa preparar comunicação indevidamente. Pendente de apuração de multa por descumprimento do acordo. |
| RTSum 0130586-03.2015.5.13.0006 | Sobrestado com crédito habilitado em processo da Justiça Federal |
| RTSum 0000370-80.2017.5.13.0006 | Embargos de declaração opostos em 21.08.2017 sem apreciação |
| RTOrd 0000017-08.2016.5.13.0028 | Pendente de certificação de trânsito em julgado desde 15.08.2017 |
| RTOrd 0000167-21.2017.5.13.0006 | Com recurso ordinário interposto em 23.08.2017 sem apreciação |

**8 METAS DO CNJ** (Fonte: Hórus)

| | |
|--|-------------|
| Meta 1/2016 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no exercício anterior – | |
| IPJ – Índice de Processos Julgados | |
| Unidades de primeiro grau do TRT | 103% |
| Unidade Correicionada | 92% |

| | |
|--|-------------|
| Meta 1/2017 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente – | |
| Unidades de primeiro grau do TRT | 108% |
| Unidade Correicionada | 130% |

Para efeito de controle da **Meta 1/2017** foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **1.128** casos novos (por distribuição) e **1.461** julgamentos (primeiro julgamento), atingindo o percentual de **130%**.

| | |
|---|------------|
| Meta 2/17 - Identificar e julgar, até 31/12, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 2015 | |
| IPA – Índice de julgamento de processos antigos | |
| Unidades de primeiro grau do TRT | 96% |
| Percentual de julgamento da Vara correicionada calculado sobre 90% dos processos distribuídos e não solucionados até 31.12.2015 | 95% |

| | |
|--|-------------|
| Meta 3 - Aumentar o índice de conciliação, na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2014/2015 em dois pontos percentuais | |
| IPC – Índice de processos conciliados | |
| Unidades de primeiro grau do TRT | 97% |
| Unidade Correicionada | 102% |

| | |
|---|-------------|
| Meta 5/2016 - Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente | |
| IPJ – Índice de Processos Julgados | |
| Unidades de primeiro grau do TRT | 88% |
| Unidade Correicionada | 102% |



| | |
|---|------------|
| Meta 5/2017 - Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente | |
| IPJ – Índice de Processos Julgados | |
| Unidades de primeiro grau do TRT | 70% |
| Unidade Correicionada | 55% |

9 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020 – MAPA DE CONTRIBUIÇÃO DA UNIDADE

Segundo informações procedentes da Assessoria de Gestão Estratégica deste Regional, a 6ª Vara do Trabalho de João Pessoa vem buscando contribuir para o alcance das metas do Planejamento Estratégico institucional, levando a efeito as iniciativas propostas no seu Mapa de Contribuição, realinhado em abril/2017 para o biênio 2017/2018.

10 RECOMENDAÇÕES

De conformidade com o caráter preventivo e pedagógico que tem pautado os trabalhos correicionais, o Desembargador Corregedor recomenda:

Aos Juízes:

1 Recomendações gerais:

- a) determinem, permanentemente, **por decisão**, a ordem de inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT, conforme o caso, de acordo com o estabelecido no art. 2º da Resolução Administrativa TST nº 1470/2011;
- b) adotem a prática de determinar por decisão, do tipo “Determinado o bloqueio ou a penhora *on line*”, quando da necessidade de utilização dos sistemas de consulta;
- c) adotem a prática de realização de inspeção periódica em número razoável de processos em tramitação na Vara, conforme determina o artigo 33 do Provimento Consolidado do nosso Regional;
- d) continuem a adotar, salvo entendimento em contrário, o procedimento de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica, na forma disciplinada pela Instrução Normativa nº 39/2016 do TST, art. 6º;



- e) continuem a observar o disciplinamento ditado pelo art. 86 da Consolidação dos Provimentos da CGJT no que se refere à declaração, por sentença, da extinção da execução;
- f) incrementem o uso dos sistemas eletrônicos, de forma a buscar reduzir o tempo de duração do processo na fase execução, bem assim aumentar o índice da Meta 5/2017 do CNJ;
- g) abstenham-se de determinar o arquivamento provisório mediante “decisão de sobrestamento por execução frustrada”, uma vez que, adotado esse procedimento, o fluxo do PJe não permitirá, via normal, o arquivamento provisório do feito, o que impacta no cumprimento da Meta 05 do CNJ;
- h) observem as determinações constantes da Recomendação Conjunta GP.CGJT nº 3/2013, no sentido de encaminhar cópias das sentenças que reconheçam agentes insalubres no meio ambiente do trabalho ao endereço eletrônico **sentencas.dsst@mte.gov.br** do Ministério do Trabalho e Emprego, com cópia para o endereço eletrônico **insalubridade@tst.jus.br**, a fim de subsidiar o planejamento de ações de fiscalização.

2 Recomendações específicas:

- a) continuem a observar o teor da Recomendação TRT SCR nº 004/2017, de forma que, tão logo processada a **requisição de precatório**, seja declarada a extinção da execução com arquivamento provisório dos autos, até que haja a quitação do débito;
- b) abstenham-se de declarar a extinção da execução imediatamente após a expedição de RPV, como ocorrido no processo 0131292-83.2015.5.13.0006;
- c) adotem a praxe de determinar o arquivamento provisório daqueles processos cujas executadas se encontram em recuperação judicial, nos termos do art. 82 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a exemplo do processo 0131974-38.2015.5.13.0006;
- d) determinem, naqueles processos em que houve proposta de pagamento parcelado, que seja lançado o movimento “iniciada a execução”, como forma de evitar que permaneçam a impactar a fase de liquidação durante o longo período do parcelamento, como ocorrido no processo 0131100-56.2015.5.13.0005;



- e) adotem a praxe de encaminhar ao arquivo provisório, para fins de majoração do índice da Meta 5/2017 do CNJ, aqueles processos, cujos créditos dos exequentes foram devidamente habilitados em outros feitos de mesma parte ré, a exemplo do processo 0130216-24.2015.5.13.0006, a ali permaneça até o efetivo pagamento;
- f) providenciem o imediato julgamento dos embargos de declaração, cujos processos se encontram em caixa “minutar decisão”;
- g) adotem a prática de determinar o arquivamento definitivo daqueles processos que foram julgados improcedentes e aguardam, tão somente, o pagamento dos honorários periciais já em processamento no E. TRT da 13ª Região, porque o pagamento dar-se-á diretamente na conta do perito.

Ao Diretor de Secretaria

1 Recomendações gerais:

- a) continue a monitorar os relatórios fornecidos pelo e-Gestão no site do TST e, também, pelo sistema Hórus, a fim de verificar possíveis inconsistências na alimentação de dados pela Unidade e corrigi-las;
- b) observe, com rigor, as recomendações da Ata de Correição, de forma a aprimorar o desempenho da Unidade e o cumprimento das metas do CNJ;
- c) motive a equipe a executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, de forma a evitar que os feitos permaneçam indevidamente paralisados, a exemplo dos processos;

| | | |
|---------------------------------|--------------------------|---------------------------|
| RTOrd 0000335-57.2016.5.13.0006 | Despachado em 10.07.2017 | Cumprimento em 20.09.2017 |
| RTOrd 0131258-11.2015.5.13.0006 | Despachado em 18.07.2017 | Notificado em 15.09.2017 |
| RTOrd 0131463-40.2015.5.13.0006 | Petição em 08.08.2017 | Não apreciada |

- d) controle, diariamente, o recebimento de correspondências eletrônicas, seja por e-mail ou malote digital;
- e) continue a monitorar, no sistema PJe, os agrupadores e as tarefas “Análise de Conhecimento”, “Análise de Liquidação” e “Análise de Execução”, objetivando mantê-las sem processos e subpastas, em razão da sua natureza transitória, dando prosseguimento de imediato ao feito;
- f) oriente a equipe a impulsionar os feitos, tão logo lançada “decisão” para uso dos sistemas *on-line*, para o fluxo “Aguardando cumprimento de providência”, com



indicação posterior do sistema a ser utilizado, de forma a fazer constar, na movimentação processual, os sistemas de pesquisa efetivamente consultados.

2 Recomendações específicas:

- a) implemente rotina de trabalho para que, nos processos do PJe, quando da protocolização dos incidentes processuais (recursos, embargos, agravos), seja observado o tipo de documento indicado pela parte, para proceder à alteração, se for o caso, de forma a evitar o ocorrido nos processos 0000313-96.2016.5.13.0006, 0000882-75.2017.5.13.0002 e 0131663-47.2015.5.13.0006, nos quais os recursos ordinários foram indicados no tipo de documento como “Petição (outras)”;
- b) diligencie junto a todos os processos que se encontram em caixa “Aguardando cumprimento de acordo ou pagamento”, de modo a lançar, no sistema, os pagamentos efetuados, a exemplo dos processos que detêm parcelas pagas não lançadas na movimentação processual relacionados no item 7.2.2.3;
- c) antes do arquivamento provisório dos autos, emita certidão atestando a inexistência de depósito judicial/recursal e que foram esgotados e infrutíferos os meios de coerção do devedor, conforme modelo constante no anexo IV da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, evitando o ocorrido no processo 0131801-14.2015.5.13.0006;
- d) proceda à imediata conclusão dos feitos que se encontram paralisados no SUAP há mais de 40 dias;
- e) providencie a imediata juntada e conclusão das petições SUAP pendentes de apreciação.

Aos servidores da Vara:

1 Recomendações gerais:

- a) realizem a triagem dos processos, verificando a conformidade dos dados e assuntos indicados pelo advogado no sistema PJe com aqueles constantes da petição inicial, retificando-os, se for o caso, nos termos do §§ 3º e 5º do art. 19 da Resolução CSJT n° 185/2017;



b) observem, logo após o lançamento de decisão para inclusão do executado no BNDT, o fluxo processual seguinte: “Registrar no BNDT – Exec”, evitando ocorrido no processo 0130053-44.2015.5.13.0006.

2 Recomendações específicas:

- a) procedam ao registro, na movimentação processual, de todos os pagamentos e arrecadações efetuados, seja do valor integral ou parcial do crédito exequendo, seja de parcelas de acordo, bem como de recolhimentos das custas processuais, contribuições previdenciárias e imposto de renda;
- b) logo após o lançamento de decisão para inclusão do executado no BNDT, observem o fluxo processual seguinte: “Registrar no BNDT – Exec”;
- c) dispensem maior atenção ao prazo para cumprimento dos despachos;
- d) observem com mais rigor, quando da elaboração das notificações, a correta indicação dos prazos, evitando o ocorrido no processo 0130839-88.2015.5.13.0006, no qual se verifica a indicação de prazo “zero” na notificação da decisão dos embargos de declaração.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Desembargador Corregedor ressalta que a 6ª Vara do Trabalho de João Pessoa continua a zelar pela padronização de procedimentos e prestação jurisdicional célere e eficaz, o que é facilmente aferido pelo excelente resultado que vem alcançando em quase todas as metas do CNJ.

Constata que a Unidade conseguiu elevar o índice de conciliação, de **25,59%** na correição anterior para **28,78%** no período atual, além de se destacar no cumprimento da Meta 3 do CNJ com um índice de **102%**, o que revela o comprometimento da equipe com objetivos estratégicos institucionais.

Registra a relevante e espontânea adesão da Unidade ao Projeto Descongestionar, medida que veio a contribuir para o enxugamento da pauta e atingimento do expressivo índice praticado na Meta 1/2017 (**130%**).

Por outro lado, chama a atenção para o aumento do tempo médio de duração do processo do ajuizamento à prolação da sentença de **101** dias, no ano de 2015, para



144, no exercício de 2016, bem assim para o aumento no quantitativo de processos que tramita na fase de execução, passando de **1.189** na correição anterior para **1.217** no atual período, motivo pelo qual recomenda maiores esforços na busca de uma solução mais rápida dos processos.

Diante dessas considerações, o Desembargador Corregedor enaltece a qualidade da atividade judicial desempenhada por todos que integram a 6ª Vara do Trabalho de João Pessoa, ao tempo em que reconhece o esforço, a dedicação e o comprometimento da equipe, que tanto busca otimizar as rotinas procedimentais para acelerar a prestação jurisdicional.

12 VISITA CORRECIONAL

O Desembargador Corregedor visitou a 6ª Vara do Trabalho de João Pessoa, oportunidade em que se reuniu com a Magistrada Titular, a Magistrada Substituta fixa e servidores, orientando-os quanto às melhores práticas e dispondo-se a colher críticas e sugestões para a melhoria dos serviços, notadamente o da prestação jurisdicional.

13 AGRADECIMENTOS

O Excelentíssimo Desembargador Corregedor agradece à Juíza Titular, Rita Leite Brito Rolim, à Juíza Substituta fixa, Ana Cláudia Magalhães Jacob, ao Diretor de Secretaria, Abílio de Sá Neto, e aos servidores Cynthia Fabel Leal, Elizael Soares Pereira, Flávia Raquel Miranda Dias Borges, Joseni Ribeiro de Araújo, Lúcio Flávio da Silva, Manoel dos Santos Lima, Marcelo Moreira Gouveia Santos, Maria Aurileide Rocha Lobo, Marie Suzanne Malzac, Marília Monteiro Quaresma, Olga Leite Sousa Pires de Figueiredo, Roner Ribeiro da Silva, Sirlei Aparecida Dias Moura, Thelma Íris Sobreira Gomes de Lira e ao estagiário Ervin Cavalcanti Fabel, pelo tratamento cordial dispensado à equipe de correição.



14 ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, dar-se por encerrados os trabalhos, nesta data, e eu, Isêlma Maria de Souza Rodrigues, Diretora de Secretaria da Corregedoria Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pelo Desembargador Corregedor, que deixa assinado o prazo de 08 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, oferecer suas considerações.

A presente ata será afixada no átrio desta Unidade Judiciária por igual prazo, publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

João Pessoa, 25 de setembro de 2017.

WOLNEY DE MACEDO CORDEIRO
Desembargador Corregedor